



GT22 - Educação Ambiental – Trabalho 1032

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CURRÍCULO: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE TRACUATEUA – PA

Márcio Fernando Duarte Pinheiro - UFPA¹

Resumo

O presente artigo expõe e analisa o modo como a Educação Ambiental (EA) é abordada no contexto da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Raimundo Pinheiro de Melo, no município de Tracuateua, no Estado do Pará. Metodologicamente, o trabalho resulta de estudo de campo onde foram entrevistados, a gestão escolar, a Coordenação pedagógica e os docentes. Foram ainda, analisados os principais documentos norteadores do currículo, como o Projeto Político Pedagógico e os projetos didáticos. O texto aponta que são trabalhados temas como o uso e gestão dos recursos naturais, disposição e tratamento de resíduos sólidos a partir de práticas pedagógicas como as oficinas de reaproveitamento e projetos pedagógicos com participação da comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Prática pedagógica. Escola Pública.

1 INTRODUÇÃO

O cenário atual com foco na industrialização e na tecnocracia tem deixado visíveis as marcas da destruição no meio ambiente. De fato, os efeitos deletérios das relações estabelecidas no atual estágio de desenvolvimento das sociedades capitalistas estão desestruturando indelevelmente os espaços naturais e seus ecossistemas. Neste contexto, a Educação Ambiental (EA) apresenta-se como uma ferramenta a mais na complexa busca pela tão sonhada sustentabilidade ambiental.

O que se espera é que, enquanto elemento mobilizador, a Educação Ambiental alcance as diferentes categorias, reconhecendo que a insustentabilidade econômica e ecológica têm produzido nos dias atuais uma sociedade em risco, ou seja, risco para a vida das pessoas e do próprio planeta. Cabe à sociedade gerar conhecimentos sobre essa crise para propor possíveis soluções.

A Educação Ambiental pode ser vista como instrumento de gestão com base em trabalhos interdisciplinares. A problemática deste trabalho consiste em expor e analisar como

¹ Mestrando em Currículo e Gestão da Escola Básica, na linha de pesquisa Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica, na Universidade Federal do Pará.

a educação ambiental tem sido discutida no contexto de uma escola pública no município de Tracuateua / PA?

Nesse contexto, há a necessidade de formar sujeitos com sentimento de pertencimento, pois só assim serão capazes de cuidar do planeta. Entretanto, surge uma necessidade imediata que é conhecer como a EA tem sido tratada no currículo escolar.

Para dar conta dessas questões, a metodologia adotada se constituiu como uma pesquisa de campo, com uso de análise de documentos da escola como Projeto Político Pedagógico (PPP) e projetos didáticos, amparada em entrevista com a equipe gestora e professores. A análise da produção de dados ocorreu por meio da categorização de dados, um elemento da análise de conteúdo.

Assim, a educação ambiental é o instrumento mais indicado para a mudança de atitude do ser humano, onde educador e educando são os principais agentes sociais promovedores de transformação do mundo no qual habitamos, mas desde que seja feita a ambientalização nos currículos e, sobretudo, que seja trabalhada de forma Inter e transdisciplinar.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

A EA se constitui como um processo educativo e não como uma disciplina específica. Por isso, sua efetivação exige a adoção de uma prática pedagógica interdisciplinar, a ser desenvolvida em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, nos mais diferentes contextos educacionais (ADAMS, 2012).

A partir dessa premissa de que a EA não é uma disciplina específica, Cavalcante (2005, p. 24), esclarece que ela “é território de todos e deve ser trabalhada com responsabilidade a partir de uma visão de mundo e sociedade que está inserida no projeto político pedagógico do espaço no qual atuamos”.

Portanto, a educação ambiental, componente obrigatório no currículo da educação básica e superior, vem sendo incorporada na legislação brasileira por meio da Constituição Federal de 1998 em seu art. 225, cap. VI que determina que ela “deve ser promovida em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Embora se tenha um grande arcabouço legal, a Educação Ambiental está longe de ser posta em prática por todas as instituições educacionais. Isso porque, a maioria dos gestores não consegue articular a educação ambiental nos seus projetos e planos de ação, dificultando dessa forma, um trabalho interdisciplinar e contextual.

Quando se encontra inserida no currículo escolar, geralmente fica a cargo dos professores das áreas específicas como: Ciências naturais, Geografia, Biologia, História e Educação física, entre outras. Para Tozoni-Reis (2012, p. 277) a “Inserção curricular não significa a criação de uma disciplina específica, mas a participação da EA como atividade nuclear do currículo, o que nos remete ao papel dos professores”.

Portanto, a escolha em trabalhar a temática aponta para uma reflexão de como a Educação Ambiental tem sido aplicada no contexto formal, seus avanços e retrocessos. Para tanto, utilizou-se estudos teóricos de Carvalho (2010, p. 154) quando aponta que EA:

É uma proposta educativa que nasce em um momento histórico de alta complexidade. Faz parte de uma tentativa de responder aos sinais de falência de todo um modo de vida, o qual já não sustenta as promessas de felicidade, afluência, progresso e desenvolvimento.

Da mesma forma, Barros (2009, p. 6) reforça que “o caráter interdisciplinar é a base para a inserção da Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental”. Reigota (1999) orienta que a educação ambiental deve incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto das realidades específicas.

2.2 UM DIÁLOGO COM O CURRÍCULO

Cavalcante (2005) aponta que o campo de estudo que se debruça sobre o currículo percorre uma estrada cheia de divisões, onde a educação ambiental dá indícios de que está presente, “mas poucas são as evidências de que as paradas são percebidas como eixos de convergência com um tremendo potencial deflagrador de uma reflexão política que, na minha opinião, é quase inadiável, sobre educação ambiente e sociedade” (CALVALCANTE, 2005, p. 118).

Nesta perspectiva de que ela se torne um potencial deflagrador em combate às demandas ambientais, publicou-se a Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental no Art. 16. Tais Diretrizes, apontam que a educação ambiental deve estar presente no currículo da educação nacional, neste caso básica e superior. Para tanto, sua inserção far-se-á:

I - Pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - Como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - Pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

No que se refere a transversalidade, os PCN já indicavam essa forma de abordagem, justificada pela urgência social; abrangência nacional; possibilidade de ensino e aprendizagem; e favorecimento à compreensão da realidade e à participação social (BRASIL, 1998d). O que justifica, na verdade o tema transversal, ou transversalidade, segundo Bomfim (2013, p. 29):

acaba sendo um contexto social, cultural e histórico. Assim, para não dizer que num tema transversal cabe qualquer coisa, ele será mais adequado quando prezado por boa parte da sociedade e justificado por um contexto, mesmo que não se relacione imediatamente com as diferentes disciplinas.

Embora haja muita controvérsia sobre os PCN, sobretudo a respeito da elaboração, uma vez que foi formulado às “pressas” com pouca participação popular e ainda, assessorado por estrangeiro, os PCN são referências para os livros didáticos e nas orientações dos currículos. Servem de suporte para muitos documentos e são mencionados nos projetos pedagógicos das escolas.

Diante disto, surgem alguns questionamentos sobre sua afirmação enquanto proposta. Uma delas se relaciona a sua origem antidemocrática, pois como pode ter dado certo algo construído sem a participação popular? Bomfim (2013) cita que como uma possível hipótese é que, “embora não tenham sido construídos democraticamente, tenham atingido, mesmo que parcialmente, algumas demandas sociais. A origem autoritária questiona a sua legitimidade, mas não chega a impedir que eles se estabeleçam”.

Assim pressupõe que foi isso que aconteceu com a implantação dos PCNs. Os temas transversais apontados no documento, atendem algumas demandas sociais, são indicativos que precisam de atenção especial, dada sua importância para o contexto nacional e global ou pelos desafios de enfrentar as problemáticas em torno deles.

Para Bomfim (2013) eles pegaram na década de 90 muito mais que as próprias diretrizes curriculares nacionais, ainda que sejam apenas orientações, ao contrário das DCN que são mandatórias.

Ao fazer uma reavaliação sobre como está o meio ambiente a partir de sua transversalidade nos currículos, passando-se uma década e meio, Bomfim (2013, p. 35), alerta que há “muito texto e pouca transversalidade”, pois muitas questões são superficiais, ineficazes para se atingir uma educação ambiental crítica.

Ressaltasse ainda, que lacunas encontradas nos PCN, e ainda as polêmicas envolvendo sua elaboração, fez com que se pensasse na construção de algo específico para a área meio ambiente, que foi a aprovação da Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012.

Vale frisar, que o conceito de transversalidade está presente na escola, no entanto ela não adquire uma conotação prática. Da mesma forma que se fala em interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade e até pluridisciplinaridade, quando na verdade há um trabalho realizado por diferentes professores de acordo com suas disciplinas como se isso apenas fosse o bastante. Não há um diálogo e uma sistematização capaz de produzir novos conhecimentos (LOMÔNACO, 2004).

3 DO DISCURSO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL A SUA APLICABILIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR

3.1 O QUE DIZ O PPP DA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO PINHEIRO DE MELO

O projeto político pedagógico PPP de uma escola, é um documento de grande relevância, pois é nele que estão suas principais matrizes constitutivas. Logo ele deve ser resultado de uma ação coletiva onde a comunidade escolar aponta que tipo de escola e de cidadão se quer formar. Conforme pontua Silva e Grzebieluka (2015, p. 88):

Sendo o viés de orientação para a organização curricular da escola, o Projeto Político Pedagógico precisa ir além de um simples agrupamento de conteúdos, áreas de conhecimento e planos de ensino. Deve buscar a efetivação da intencionalidade da comunidade escolar, em um exercício político de participação e vivência democrática, que por meio de alternativas viáveis, de fins emancipatórios, pretende dar qualidade à intervenção do ser humano no contexto em que vive.

Nele encontra-se uma organização que compreende definição de metas, meios e fins, além de apontar a missão e as concepções teóricas e filosóficas, de escola e de sujeito. Entretanto, encontra-se também indicativo de mudanças e sugestão de alternativas e soluções, daí sua importância para a escola.

Sobre a educação ambiental no documento, Silva e Grzebieluka (2015, p. 88) informam que ela “precisa estar incorporada ao Projeto Político Pedagógico, pois, é fundamental para o despertar da consciência do sujeito, frente à problemática socioambiental que nos cerca”. Para substanciar a temática, a transversalidade é um dos meios de trabalhá-la. No entanto, Bomfim (2013) alerta que os temas na maioria das vezes são trabalhados por meio de projetos. Não há problema em relação a isso, o problema surge quando esta é a única e exclusiva maneira de trabalhar a transversalidade.

Parece que a trans e a interdisciplinaridade não estão nos planejamentos, nos currículos, na interface com as disciplinas. Então podemos reiterar aqui, com relação aos estudos dos documentos oficiais da educação formal: os temas transversais ficaram na década de 1990 (BOMFIM, 2013, p. 44).

No Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada foi possível observar que além dos elementos já citados anteriormente, sua estrutura abarca um conjunto de orientações técnica administrativa apontando as atribuições de cada função (direção, coordenação, do secretário, dos servidores de apoio operacional, dos vigias, do corpo docente e dos direitos e deveres dos alunos). Trata-se de pôr em evidencia os papéis sociais de seus agentes educacionais.

Com o tema: “**Leitura e Escrita:** Essenciais no Desenvolvimento de uma Consciência Ecológica e Inclusiva, o PPP da escola Raimundo Pinheiro de Melo com vigência de 2014 a 2016 visa promover a articulação desses elementos (leitura, escrita, ecologia e inclusão) na busca de uma sociedade inclusiva, já que esse tipo de sociedade é a essência do desenvolvimento social sustentável (FONTE: PPP).

Visualiza-se ainda que o PPP faz referência a educação inclusiva, ao atendimento educacional especializado, a Lei nº 10.639/03 da educação afro e ao programa Mais educação, sustentando o aspecto inclusivo do seu tema, sem apontar que projetos de cunho ambiental serão desenvolvidos pela escola. Sobre isso Cruz e Bigliardi (2012, p. 5) apontam que:

a gestão da instituição deve, ainda, contribuir para o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza; a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades; o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção e organização social; o respeito às pessoas, culturas e comunidades; a valorização dos conhecimentos referentes à saúde ambiental, inclusive no meio ambiente de trabalho; além do desenvolvimento da compreensão crítica e transformadora em face dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações.

Segundo levantamento, o referido projeto, aponta alternativas para a aprendizagem continuada dos educandos, de Educação Infantil, Ensino Fundamental Menor do 1º Ano/9 ao 5º Ano/9 e do Ensino Fundamental Maior da 5ª a 8ª série e EJA, pois compreende que a realidade educacional é marcada por grandes desafios, ora posto em discussão no documento quando cita a realidade socioeducacional dos alunos, onde estes são oriundos de famílias trabalhadoras de baixa renda, alguns já imerso no mundo do trabalho infantil. Há ainda, caso de consumos de drogas lícitas e ilícitas por parte de adolescentes, demandando com isso, um trabalho intenso com as famílias e outros órgãos de apoio como o CREAS e o conselho tutelar.

No que tange ao PPP, Silva e Grzebieluka (2015, p.97) alertam para a necessidade de investigar como as escolas, independentemente de suas esferas administrativas tem construído e vivenciado o Projeto Político Pedagógico. Um dos pontos reside na sua construção coletiva embasada em pressupostos teóricos e filosóficos de um tipo de educação e de sujeito que a

escola deseja formar. Para isto, deve possibilitar seus educandos a “refletirem sobre as questões ambientais, construindo conhecimento e competências fundamentais para transformar a realidade que o cerca”.

O que chama atenção no documento escrito se refere ao trecho 1, que aponta para a preocupação com um meio ambiente saudável de uso coletivo. Corrobora Morin (2000) que a educação ambiental presente no PPP surge como imperativo de “civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade, torna-se o objeto fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevivência da humanidade” (MORIN, 2000, p. 78).

Esse é o grande desafio da educação, a possibilidade de formar indivíduos com uma nova mentalidade, que enxerguem novos rumos que conduzam à superação dos dilemas sociais e à construção de uma nova forma de gerenciar os recursos naturais e históricos da humanidade; a fim de compreender seus desejos e sonhos de futuro, onde o aluno poderá fazer uma análise de suas ações para transformar sua realidade (Trecho 1: que trata da apresentação do projeto. FONTE: PPP).

Atribui-se a educação o desafio de formar sujeitos com uma nova visão de mundo, onde estes sejam capazes de refletir para transformar a realidade. Sobre esse aspecto Freire chama atenção quanto ao papel da escola que é justamente de educar para uma visão crítica da realidade e não apenas para ensinar conteúdos, como a educação bancária faz, para isso sugere que os educadores engajem-se em educação problematizadora, pois “ao contrário da “bancária”, a educação problematizadora, respondendo à essência do ser da consciência, que é sua *intencionalidade*, nega os comunicados e existência à comunicação (FREIRE, 1987, p. 40).

Com isso a ação educativa não é despreziosa, sem intenção mas deve trabalhar a favor de um projeto de educação que liberte os sujeitos. Logo uma educação bancária, constitui-se como uma prática de dominação onde nega o homem real e concreto, uma vez que trabalha a partir de um “homem abstrato, isolado, solto desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (FREIRE, 1987, p. 43), uma educação que diferente da libertadora, não se preocupa com as realidades dos educandos.

Ao aprofundar a análise do PPP da escola, novas evidências de uma educação libertadora aparecem no documento oficial da escola, onde informa como a escola vai se posicionar em relação a educação. Para tanto, as ideias de Freire (1987, p. 45) sobre uma educação que não oprima parece dialogar com as proposições do texto do documento, pois:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência *intencionada* ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Fica claro, no trecho que segue que o compromisso da escola é por uma educação transformadora, para tanto chama todos os sujeitos do processo para colaborarem com essa mudança. Neste aspecto, Jacobi (2003, p. 10) cita que “a Educação Ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária” para tanto é preciso que a que a mudança parta da própria escola e não do sistema, conforme se observa no trecho 2:

A escola atuará na formação de cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades. Quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e no desenvolvimento social, seus agentes devem empenhar-se na busca de conhecimentos, propostas e capacitações para realização desses objetivos. Não se deve acomodar esperando por soluções que venham dos sistemas educacionais, mas mobilizar-se pela garantia do acesso e da permanência do aluno na escola. (Trecho 2 que trata da justificativa do projeto: FONTE: PPP).

Embora o trecho acima não mencione diretamente a educação ambiental, fica subtendido que ao trabalhar a partir da realidade, que de antemão precisa ser problematizada, há indícios de uma educação ambiental, pois ao atuar para transformar a realidade a escola e seus agentes caminharam por diferentes contextos, inclusive o ambiental.

Isto se manifesta, sobretudo, na fundamentação teórica do PPP da referida escola, onde elementos como, participação, transformação, inclusão, permeiam o documento. Assim, é importante destacar que a educação ambiental constitui-se pano de fundo para o trabalho com a leitura e escrita, podendo está em diálogo direto com estes aspectos.

Frente a ausência do que vem sendo trabalhado sobre a educação ambiental, nossas buscas se ampliaram para o segundo documento de análise, o Plano de ação da referida escolas.

3.2 O QUE DIZ OS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Continuando esta investigação sobre os temas da educação ambiental presentes no currículo da escola RPM, envereda-se pela análise dos projetos pedagógicos desenvolvido por professores e pela coordenação pedagógica, uma vez que eles complementam a orientação curricular da escola. Silva e Grzebieluka (2015, p. 90) apontam que uma das forma de trabalhar a educação ambiental é a adoção de projetos, no entanto ele deve:

compor os pressupostos do Projeto Político Pedagógico, dando nova forma e conteúdo ao processo de ensino, além de uma nova dinâmica a aprendizagem, o que favorecerá a formação de hábitos e atitudes, conceitos e competências que podem ser utilizados na resolução de situações alheias à vida escolar.

Por ser uma maneira muito eficaz, os projetos educacionais muitas vezes se encarregam de trabalhar os temas importantes, mas que a escola suprime em detrimento de extensas listas de conteúdos escolares das disciplinas. Em levantamento realizado, evidenciou-se que a escola RPM adota o trabalho por projeto, inclusive muitos são direcionados ao meio ambiente.

Foi possível ter acesso a alguns dos projetos da escola, especificado a seguir. Cabe ressaltar que alguns foram perdidos, ou encontram-se de posse dos professores, dificultando o acesso a informações mais profundas sobre como os temas foram trabalhados. Em virtude desse acontecido, se fez necessário realizar uma entrevista com os professores a fim de esgotar o tema que foi trabalhado, conforme evidencia o Quadro 1.

Quadro 1: projetos de educação ambiental trabalhados na escola RPM

PROJETO	DESCRIÇÃO
RPM: educação em ação	Trata-se de um projeto interdisciplinar sob a responsabilidade da coordenação pedagógica e de professores das áreas de língua portuguesa, informática e educação física para trabalhar, a leitura, o cinema, e habilidades motoras por meio de atividades recreativas. Para tanto, realizava-se momentos de contação de história, de exibição de vídeos e oficina de produção de brinquedos artesanais, como forma de incorporar o reaproveitamento de recursos nas práticas escolares
LEITURA E ESCRITA NAS PRIMEIRAS SÉRIES INICIAIS: Uma proposta para a formação de leitores	Sob a responsabilidade da professora da sala de leitura, o projeto visava o acompanhamento dos alunos em ações de leitura e escrita de diferentes gêneros textuais, inclusive de textos e histórias que foquem o meio ambiente
LEITURA COLORIDA	A partir de uma metodologia diversificada, o projeto focalizava na leitura e escrita, onde alguns dos textos faziam menção ao meio ambiente, como a história do

	Joao e o pé de feijão
SABOR LITERARIO	Através de diferentes gêneros textuais, abordar alguns temas, como as aves e correlacionar com sua preservação. Ainda trabalhar a alimentação saudável dando ênfase a qualidade de vida.

Fonte: Departamento da Coordenação Pedagógica

Esses foram apenas alguns dos projetos, dos quais se teve acesso ao impresso. No entanto, segundo relatos da gestão, outros projetos foram desenvolvidos, como a horta na escolar, que visava a construção de uma mini horta pelos alunos, inclusive estava contemplada no Programa Mais educação. Algumas escolas anexas também trabalharam por exemplo, com a questão dos resíduos sólidos, apontando ações como limpezas das vias públicas, palestra sobre os riscos da disposição inadequada desses resíduos etc.

O projeto horta na escola segundo a narrativa de uma professora do 4ª ano que estava na equipe responsável pelo projeto tinha como objetivo maior a construção de canteiros para o cultivo de verduras e leguminosas.

Primeiro nós trabalhamos conceitos de meio ambiente, falamos da importância de termos uma horta para melhorar a merenda deles. Trouxemos também leitura de texto, inclusive trabalhamos com uma cartilha da EMBRAPA que fala como fazer horta. Passamos por todas essas fases até de fato irmos para a construção da horta. O bom foi que tínhamos todo material para a construção já que os monitores do Mais Educação também estavam trabalhando com esse tema. Foi feito os canteiros e as crianças cuidavam diariamente da horta. No começo até tinha algumas verduras.... mais ai veio as férias e como todos foram dispensados faltou gente pra cuidar da horta e ela não resistiu ao sol forte. (FONTE: narrativa de uma professora do 4º ano/9)

Como bem mostra a narrativa desta professora, é preciso que se realize um trabalho coletivo para a construção de hortas nas escolas, pois não basta ter recursos financeiros, é preciso que haja o engajamento dos atores sociais em todos os momentos de sua construção. A escola poderia ter pensado em como sistematizar os cuidados no período de férias, haja vista que o número de pessoas na escola é reduzido

Outra narrativa, se direciona aos resíduos sólidos. Este foi um projeto realizado em uma das escolas anexa ao polo, localizada em uma comunidade distante e de difícil acesso. A professora que narra esta experiência atualmente encontra-se trabalhando em outra comunidade.

Bom, o projeto visava esclarecer a comunidade sobre os cuidados que devemos ter com os resíduos sólidos. Na praia, os moradores jogam o lixo em qualquer lugar e

esse mesmo lixo vai pro mar. A desculpa é que não temos coleta, logo não dá pra guardar o lixo em casa.

Com isso fizemos um trabalho de conscientização com os alunos e moradores da praia. Com os alunos trouxemos para a sala de aula textos sobre o lixo, fizemos cartazes sobre o tempo de duração de cada objeto que eles jogam nas ruas. O trabalho final envolvemos alunos e comunidade. Realizamos uma limpeza na praia, mais ai tivemos problema pois não tínhamos carro para coletar esses resíduos. E acabou que eles foram queimados.

Acho que foi um trabalho bom, pois foram feitas muitas ações, leitura, produção de texto, recorte, colagem, pesquisa. O problema foi apenas na coleta que precisávamos de gente para nos ajudar a levar pro lugar certo (FONTE: narrativa de uma professora e responsável do 2º ano/9).

Com essas narrativas se percebe que o trabalho com a educação ambiental nas escolas dá evidências de que está presente, no entanto se constitui como um campo cheio de fragilidades, que se pesa, a falta de envolvimento de todos os sujeitos, para não deixar que aquilo que já foi construído, morra por falta de cuidados, como o que aconteceu com a horta da escola, ou ainda que se gere outro problema, como foi a queima dos resíduos coletados por falta de transporte para o aterro da cidade.

Além do mais, precisa-se que haja um resultado positivo maior dessas ações, e ainda que sejam intensificados nas escolas. Diante dessa questão, Cavalcante (2005, p. 124) aponta alguns princípios metodológicos para EA:

- ✓ Os espaços pedagógicos são uma dinâmica construída socialmente não podendo haver proprietários ne superiores, suas decisões precisam ser construídas de forma democrática e participativa e devem buscar trabalhar os tensionamentos existentes na nossa sociedade;
- ✓ As opções do “que” estudar, “quando” e de “como” devem ser dialogadas e aprofundadas em análises mais participativas. O trabalho com pesquisa permite aos educandos fluir em suas reflexões: a pedagogia de projetos (Leite, 1996) no ambiente escolar pode ser uma boa opção para fugir da obviedade dos conteúdos disciplinares. As opções de conteúdos (cardápio curricular), quando possível, podem ajudar a suprir muitas das demandas sugeridas em grupo;
- ✓ O trabalho com a produção do conhecimento não pode ser hierarquizado. O conhecimento trazido de casa/outros contextos é importante e deve ser não apenas “levado em consideração”, mas buscado e valorizado como contribuição importante;
- ✓ As questões ambientais demandam uma análise sistemática, a discussão deve sempre ser pautada nos porquês, entendendo a realidade como um processo historicamente construído na relação ambiente e sociedade.

Esses princípios orientam para uma educação ambiental construída no diálogo entre os sujeitos aprendentes, seres aprendentes nos dão as características de humano, essa é a base que nos faz sermos o que somos. Brandão (2005, p. 86) nos conduz nessa discussão informando que:

somos seres dependentes por completo do que aprendemos. Aprendemos bem mais do que o simples adestramento dos animais com quem compartilhamos o planeta terra. Aprendemos não apenas os saberes do mundo natural, mas a complexa teia de símbolos, de sentidos e de significações que constituem o mundo da cultura.

Aprendentes com grande capacidade de escolhas. Assim, as escolhas sobre o que, como e quando será trabalhado a EA, deve partir da escuta atenta dos anseios das pessoas que fazem a escola, pois no mundo que vivemos, que é o mundo da cultura, podemos construir muito mais do que objetos, mais regras, valores, símbolos, teias e significados que nos ligam a nossa casa, Terra. Pensando nisso, trazemos como reflexão a escuta das pessoas sobre os dilemas e desafios que estão postos no currículo da escola RPM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise dos documentos orientadores do currículo escolar, como o PPP e nos projetos escolares, identificou-se que a prática educativa sobre a educação ambiental embora presente no cotidiano da escola, apresenta fragilidades, uma vez que precisa ser tratada como processo, onde não se acaba em uma ação de um dia, uma semana, um mês e tampouco em um ano. Ela precisa se constituir como um campo em construção que proporcionará aos educandos novos conhecimentos voltados para uma formação dialógica, crítica, portanto, transformadora.

A Educação Ambiental, tratada como tema transversal na escola pesquisada, precisa estar articulada a todas as disciplinas, onde ao professor caberá um importante papel, que é de desenvolver um trabalho sério, comprometido de fato com as mudanças da sociedade.

Os temas mapeados nos dois documentos apontam que a questão da água foi trabalhada, no entanto, temos poucos resultados alcançados. Diante disso, surge então a necessidade de a educação ambiental no currículo se pautar em uma prática emancipatória, que se amplie para outras dimensões, pois não basta trabalhar determinados temas, é preciso paradas avaliativas para que os alunos reflitam as mudanças e permanências nas suas atitudes.

Superar os desafios que foram levantados durante a pesquisa, envolve todos, onde as barreiras da disciplinaridade seja superada pela interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e pluridisciplinaridade, não apenas no discurso, mas na construção de novos conhecimentos. Logo, pensar currículo é pensar uma educação ambiental política, vivida e experimentada por todos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Berenice Gehlen. A importância da lei 9.795/99 e das diretrizes curriculares nacionais da educação ambiental para docentes. **Monografias ambientais, REMOA, UFSM**. V(10), nº 10, p. 2148 – 2157, OUT-DEZ 2012. Disponível em:

<cascaavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/remoa/article/view/6926>. Acesso em 20 de fev. 2016.

BARROS, Maria de Lourdes Teixeira. **Educação ambiental no cotidiano da sala de aula: um percurso pelos anos iniciais**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Comunidades Aprendentes. In: FERRARO - JUNIOR, Luís Antônio (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília MMA. Diretoria de educação ambiental, 2005.

BRASIL, **Constituição da república Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10 de agos. 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2/2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 de Mar. 2017

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais – terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998d.

BOMFIM, Alexandre Maia do, et, al. Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 27-52, jan./abr. 2013.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. Currículo e educação ambiental: In: FERRARO - JUNIOR, Luís Antônio (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília MMA. Diretoria de educação ambiental, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CRUZ, Ricardo Gauterio; BIGLIARDI, Rossane Vinhas. Uma abordagem exploratória ao conteúdo epistemológico das diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. 29, julho a dezembro de 2012.

Disponível em:

<repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3946/Uma%20abordagem%20explorat%C3%B3ria%20ao%20conte%C3%BAdo%20epistemol%C3%B3gico%20das%20diretrizes%20curriculares%20nacionais%20para%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental..pdf?sequence=1>.

Acesso em 18 de Fev. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**. USP, São Paulo: n°118. p. 189-205, 2003.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**: São Paulo: Brasiliense, 2004.

SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. **Educação ambiental: o instrumento dos instrumentos**. In **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 2ª Ed.- São Paulo: Atlas, 2011.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação ambiental na escola básica: reflexões sobre a prática dos professores. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012.

LOMÔNACO, Aparecida de Fátima Soane. Concepções de saúde e cotidiano escolar – o viés do saber e da prática. In: **Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, 27. Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/27/gt06/t063.pdf>. Acesso em: Fev. 2016.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SILVA, Jocieli Aparecida; GRZEBIELUKA, Douglas. Educação Ambiental na escola: do Projeto Político Pedagógico a prática docente. **Revista Monografias Ambientais Santa Maria**, v. 14, n. 3, Set-Dez. 2015, p. 76–101.